



## DINÂMICAS SOCIO TERRITORIAIS E ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO DO VALE ACRE / AC – BRASIL

**César Leandro de Christo Hundertmarck - Doutorando PPGDR/Unisc**  
**Erica Karnopp - Profa. Dra. PPGDR /Unisc**

Este artigo reflexionou acerca do Vale do Acre, situado no Sul / Sudoeste do Estado do Acre – correlacionando sua contextualização histórica, formação socioterritorial e econômica; em sequência, a construção da territorialidade seringueira. Desta forma, pressupõe um esforço de investigação sobre a utilização do território vivido, para compreender as relações de conflitos e poder ocorridas no território, e a respectiva vinculação com a realidade social presente e assim, compreender a conjuntura estabelecida. Enquanto sua metodologia, este documento, que se rege através de uma revisão bibliográfica, onde se buscou apresentar a relevância histórica, socioterritorial, socioeconômica para o território em análise, associado à extração do látex nas fases significativas do extrativismo deste, e uma análise da territorialidade seringueira. Uma destas relações, a fase da borracha, foi um momento da história do Brasil, que teve seu centro na região amazônica, proporcionando expansão da colonização, atração de riqueza, transformações culturais, sociais na Região Norte do Brasil. Posteriormente às fases, o extrativismo do látex teve continuidade, e contemporaneamente, este processo produtivo se verifica no Vale do Acre. Como conclusão, se pode perceber que o Estado do Acre teve seu desenvolvimento econômico-financeiro e social ocorrido de forma morosa, se comparando ao cenário encontrado nos demais Estados brasileiros. Entretanto, entre 1879-1912 e 1942-1945, a comercialização do látex teve relevância nacional, devido às exportações e comercializações da borracha em larga escala. Quanto às relações que ocorreram entre as contextualizações apresentadas, o uso do território e relações de poder são fundamentos marcantes para construção social e histórica dos seringueiros e manifestação de sua identidade – territorialidade.

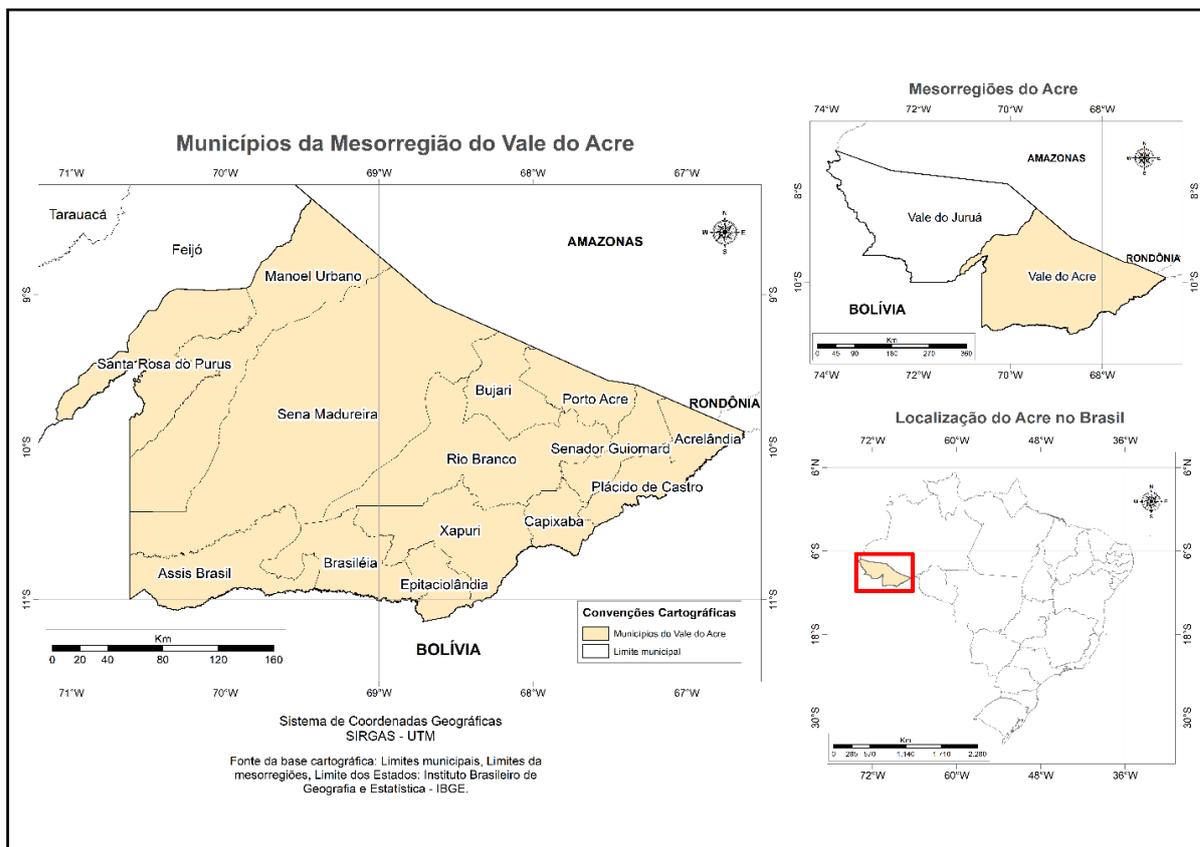
**PALAVRAS-CHAVE:** Vale do Acre. Território. Territorialidade. Látex. Dinâmicas.

## INTRODUÇÃO

Dois grandes polos econômicos são encontrados no Estado do Acre: o Vale do Juruá, tendo o município de Cruzeiro do Sul como principal núcleo urbano; e o Vale do Acre – mais industrializado, possuindo maior grau de mecanização e modernização do campo, maior potencial nas atividades agrícolas, e grande produtor de borracha e castanha, onde se localiza a Capital – Rio Branco.

A utilização econômica da borracha, de forma mais intensa, criou profundos reflexos no território acreano do Vale do Acre, formado pelos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Manuel Urbano, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Plácido de Castro, Porto Acre e Xapuri – Figura 1.

**Figura 1: Vale do Acre / AC**



Fonte: organizada pelo autor, 2021. Elaborada por: Carla Dominique Brambilla.



Foi um fator característico de sua história econômica, que implicou na fase<sup>1</sup> da borracha, o qual esteve relacionado aos aspectos gerais da economia do estado e do país como um todo, incluindo os conflitos e relações de poder nas arenas públicas. O estado do Acre teve seu desenvolvimento econômico-financeiro e social bastante particular comparado à situação dos demais estados brasileiros.

Todavia, no período de 1879 a 1912 e 1942 a 1945, a borracha teve destacada relevância e impacto nacional tanto quanto o café, devido às exportações e grande comercialização da borracha. Agora, ainda se destaca na economia local, mas não com o mesmo vigor do passado, porém, tem significância e consolida a territorialidade seringueira presente no território.

Para discutir referidos elementos, a metodologia utilizou-se de uma revisão bibliográfica e análise preliminar da documentação sobre produção da borracha. Na contemporaneidade as considerações científicas buscam lastros de aproximação, pluralizando o entendimento de um dado científico a partir de diversificadas vertentes, estabelecendo conexões e paradoxos, inclusive, com divergências.

Tal discussão é válida para a interação entre as ciências sociais e, fundamentalmente, ciências econômicas que, num nível histórico-empírico, se entrelaçam no conhecimento sobre diversas populações globais e nacionais e, entre indivíduos de uma mesma população dentro de um dado espaço e tempo.

Portanto, no presente texto, se pretende realizar um paralelo entre os mecanismos de desenvolvimento socioeconômico nacionais e do território acreano. Por isso, é necessário compreender as características intrínsecas destes locais, haja vista que estas são determinadas pelas interferências exteriores. Tais considerações possibilitaram estabelecer uma relação político-financeira e histórica entre as situações econômico-sociais do Brasil e do Estado do Acre, particularmente no Vale do Acre. Na sequência, se apresentam a contextualização histórica do Vale do Acre, e, após, tem-se as considerações sobre aspectos da formação sócio territorial do Vale do Acre, e os reflexos da primeira na formação socioeconômica da segunda situação. Ultimando o artigo, encaminha-se a construção da territorialidade seringueira no Vale do Acre.

---

<sup>1</sup> Por questões de ordem metodológica, optou-se pelo emprego do vocábulo “fase” para abordar os períodos da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção de borracha foram atividades basilares da economia. Cabe ressaltar que, autores, como Souza (2005), Bezerra (2006) e Martinello (2020) utilizam o vocábulo “surtos”. Outros autores e referências encontradas na literatura utilizam a expressão “ciclo da borracha”.



## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO VALE DO ACRE

O Acre teve parte de suas bases de formação política e social proveniente dos seringais. Portanto, é essencial compreender como as instituições, as pessoas e os demais elementos se inter-relacionam e produzem existência e ainda se fazem presentes nos seringais acreanos. Por isso, se faz necessário “apreender a formação regional conforme o processo histórico vivido na produção do espaço acreano”. É um território que considera a diversidade regional amazônica “como criação humana/social que se processa na interação com o ambiente natural” (SILVA, 2004, p. 45).

Entender o contexto histórico de um lugar é penetrar nas condições sob as quais a sociedade civil, influenciada pelas implicações que a circundam, opera, proporcionando episódios na natureza, na economia, nas relações sociais de trabalho e na sustentabilidade local, no que tange a forma que os indivíduos presentes neste espaço se correlacionam.

Um dos grupos principais que formou a autonomia jurídico-espacial do estado do Acre foi constituído, portanto, por seringueiros, conforme destaca Moraes, com o qual se originou as qualidades econômicas da sociedade acreana que, diferentemente dos outros estados, foi formada pela extração exclusiva do leite da seringa (MORAIS, 2016).

Assim, com a estimulação populacional devido ao extrativismo, o Acre ganhou destaque no país. É cortado por alguns rios amazônicos que pertencem a bacia hidrográfica do rio Amazonas, como Purus, Juruá, Abunã, obtendo o mesmo grupo de fauna e flora e, nas margens gerais do rio Acre (MORAIS, 2016). A grande concentração dessas espécies vegetais transformou o estado na região mais atrativa para empresas que tinham interesse na preciosa matéria-prima.

Segundo Prado Júnior, os rios amazônicos possibilitaram excelente via de penetração e trânsito. No entanto, a floresta que os envolve representou obstáculo e assim, historicamente, o europeu acostumado com climas frios e com pouco conhecimento da comunidade amazônica, não adentrou com intensidade na área, deixando a maior parte das colonizações ocorrerem pelos indígenas e por migrantes da região norte do país, ao longo da história (PRADO JÚNIOR, 1994). Contudo, depois que as empresas extrativas se instalaram, “houve verdadeiro genocídio contra a população nativa” (SILVA, 2004, p. 51) pois, os trabalhadores que chegaram, na maioria das vezes, acabaram por expulsar os grupos indígenas que ocupavam tais territórios.

Neste sentido, a formação cultural do local não se sobressaiu a partir dos cultivos tradicionalmente europeus, como agricultura de cereais e/ou outros mantimentos, mas sim focada nas seringueiras, em grande abundância no Acre (PRADO JÚNIOR, 1994).



Na região amazônica, as atividades se reduziam a penetrar floresta/rios e conduzir embarcações que faziam o transporte dos derivados econômicos da seringueira. Em síntese,

a riqueza desse extrativismo vegetal comandou toda a dinâmica regional. Isso [...] confere a esta porção da Amazônia, dentre outras coisas, a especificidade de ter aí as raízes de sua formação demográfica, econômica e social. Tais raízes são marcadas pela presença secular dos posseiros, dos latifúndios extrativistas, de pouca tradição no cultivo de espécies agrícolas e de criação de animais, e a conseqüente quase inexistência de *áreas despovoadas* na floresta". (SILVA, 2004, p. 52).

O Acre se transformou, em 1962, em Estado. Antes, as seringueiras já haviam proporcionadas o componente látex que, por consequência, foi transformado em borracha e remodelou o lugar, lhes garantindo uma função social e econômica própria. Reis (1953) afirmou que, a partir da instalação do látex, o Acre deixou de ser uma região das lavouras para ser uma região dos gomais, das *heveas*, uma região do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões e, obviamente, da borracha.

Nesse mesmo sentido, Moraes complementou que a extração da borracha "atraiu mais ainda nordestinos, gerou divisas para o país, multiplicou os centros urbanos, conectou a região com as grandes capitais do mundo e trouxe para a região "uma nova fronteira política" (2016, p. 30), melhorando os olhares das outras regiões e da economia brasileira sobre o Acre. Por isso, a história econômica do Acre se destacou pelo extrativismo da borracha, látex e dos seus outros derivados, conforme apontaram Moraes (2016), Reis (1953) e Prado Júnior (1994).

Antes mesmo do estabelecimento do espaço como um estado (Unidade da Federação), a região passou por momentos de bastante desenvolvimento, mas também, por períodos de êxodo de parte de sua população.

A transformação oficial e jurídica em Estado ocorreu no governo João Goulart, em junho de 1962, alterando e impulsionando o processo de desenvolvimento da região. É importante salientar que a história econômico-financeira do Estado começou com o extrativismo da borracha, inclusive, se denominava sua população como da sociedade da borracha, tamanha é a influência político-social que a cultura de extração de seringueiras apresenta para o território. Na década de 1960, como apontou Caio Prado Júnior, teve uma grande importância econômica para a história do Brasil e, "ao café se acrescentem, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo" (1994, p. 157).

Os seringais foram tão importantes que provocaram uma disputa com a Bolívia para



reconhecimento do território enquanto patrimônio social brasileiro. Nesta direção, Morais (2016) apresentou que se teve uma disputa com aquele país, tanto no sentido econômico, quanto no político.

No sentido econômico, está a questão dos recursos econômicos, das árvores de seringa e a terra de onde nascia a *árvore de leite* e, no sentido político, estão as argumentações dos *revolucionários do Acre*, em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do rio Acre. (MORAIS, 2016, p. 32).

A história do estado, assim como tantos outros, também foi repleto de conflitos internacionais, principalmente com o território da Bolívia, ainda na fase em que os indígenas e migrantes nordestinos brasileiros dominavam a região. Litígio resolvido em 1903, com o Tratado de Petrópolis, que estabeleceu o fim do confronto, deixando a região com o território brasileiro em troca de parte do Mato Grosso. A partir desse momento, passou a ter maior atenção por parte das autoridades governamentais do Brasil.

Contudo, quando foi transformado em estado, em 1962, o Acre recebeu diversos incentivos públicos (fiscais e monetários) buscando o máximo aproveitamento do insumo (bastante difundido na região). A consequência foi uma industrialização (moderada) baseada em desenvolvimento de estradas, caminhos e polos mercadológicos. Tal situação implicou num aumento populacional e numa ampliação das preocupações com as questões sócio-ambientais, a partir de instituições de pesquisas científicas e associações de proteção.

Já, a partir de 1988, o Acre, em função das suas proximidades geográficas e históricas com Amazônia, ao se tornar um dos símbolos representativos das lutas por desenvolvimento sustentável dos insumos locais, proporcionou o surgimento de uma série de associações, organizações e, as chamadas ligas sindicais, que trouxeram componentes filosófico-culturais para processos econômicos da região (MORAIS, 2016).

Dentre estas, se formaram no território: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre (SINTRA), as Organizações Não Governamentais Comissão Pró Índio (CPI/Acre) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a atuação específica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foram propondo e criando diversas políticas de proteção econômico-financeira para a área.

Pimenta (2003) e Morais (2016), consideram o sindicalismo como movimento de embates e mobilizações dos seringueiros e dos trabalhos locais, nos anos 80, criados para tentar impedir os desmatamentos nas terras das reservas locais. Buscaram, inicialmente, a vertente do desenvolvimento de nível sustentável, mas, com o passar dos anos, foram assimilando aspectos políticos e de prática financeira para a região, trazendo benefícios



fiscais para os pequenos e médios produtos, dentre outros.

Conforme Motta apontou, “foi nas democracias ocidentais onde a sociedade civil se tornou o principal palco da formação dos direitos” (2008, p. 2). Logo, não há como compreender a história e a formação econômico-financeira e política do território acreano e da borracha sem compreender, necessariamente, formações sociais e movimentos originados pelas comunidades locais. Estes se organizaram mais sistematicamente a partir de 1950, no entanto, tiveram uma ampla inserção nos anos 1990, com a multiplicação desses movimentos na sociedade civil, com destaque para a proliferação de organizações não-governamentais (MOTTA, 2008).

Entretanto, se pode perceber, desde o início do século XIX, um movimento social estabelecido pelos indígenas e seringueiros locais (moradores), iniciando as primeiras lutas sociais. Na sequência, desencadeou a luta para estabelecer o território como espaço brasileiro, realizado pelos movimentos da Revolução Acreana, culminando, em 1904, com o estabelecimento do Território Federal do Acre e, posteriormente, em 1962, se tornando estado (MORAIS, 2016).

Em paralelo, ao mesmo passo que lutavam por justas políticas para o estado, estes atores da revolução também procuraram por mudanças nas estruturas econômicas que o Brasil estipulava para as relações com látex, borracha e demais derivados. Assim, durante o período da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, diversos movimentos sociais buscavam mais esforços do governo para tornar os projetos mais rentáveis e sustentáveis, a longo prazo. Por envolver diferentes grupos sociais e interesses diversos, logo surgiram os conflitos.

Enquanto os governos militares buscaram desenvolver a Operação Amazônica, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em cooperação com o Banco da Amazônia (BASA) e com Lei de Incentivos Fiscais, os movimentos sociais locais, em especial da região do Vale do Acre, questionaram os interesses éticos e políticos sobre o uso dos insumos e a maneira como foram conduzidas as novas estruturas econômicas e sociais da região. De um lado, permaneceram as populações originárias e históricas, a defesa da produção em sintonia como o meio natural, que buscava a ascensão de uma extração sustentável. Do outro, a fazenda, a pecuária e os governadores militares, que buscavam ascensão econômica sem considerar intervenções e depredações da floresta (MORAIS, 2016).

Neste sentido, o governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), único apoiador do modelo extrativista durante a ditadura militar, manteve uma política restritiva à expansão da pecuária no estado, trazendo maior importância para borracha. Por consequência, durante



seu governo, incrementou políticas de planejamento destinadas a corrigir distorções demográficas, econômicas e políticas da região. A partir dessas proposições de Mesquita, entre 1980 e 1995, o Acre passou pelo seu maior período de expansão financeira-econômica, ganhando novas demarcações de limites territoriais, densidade populacional e desenvolvimento tecnológico, com ampliação da industrialização da região. Como resultado, surgiram novos movimentos, agora não somente sociais, mas também político-econômicos como a Florestania<sup>2</sup> – floresta e cidadania.

Com o desenvolvimento do fundamento da Florestania, a partir de 1999, o Acre passou a buscar um avanço industrial com apoio popular, haja vista que este não se baseou apenas na visão financeira, mas também na atração de uma série de investimentos estrangeiros focados no desenvolvimento sustentável, por meio de planos plurianuais de fixação de indústrias, projetos sociais e empresas ligadas à área de extração agroindustrial (MORAIS, 2016).

Tais formas de movimentos/formações sociais surgiram, e que estão surgindo e se estabelecendo cada vez mais como a Florestania, “não são redutíveis à uma classe social específica, mas sim ao conjunto de grupos sociais transclassistas ou mesmo à sociedade no seu todo”, conseguindo um apoio popular mais significativo (MOTTA, 2008). Mesmo com as forças hegemônicas do estado estando contrárias, a Florestania ganhou popularidade e apoio governamental.

Durante muitas décadas, o Acre teve influência bem próxima de zero, no PIB do país, com contribuição que não se aproximou de 0,5 (PRADO JÚNIOR, 1994). Entretanto, a partir de 2000, com mudanças políticas no comando do poder público, mais investimentos foram captados, somando entre 2003 e 2006, em torno de R\$ 245 milhões, resultado direto de que nas “comunas culturais podem vir a surgir novos sujeitos coletivos de transformação social” (MOTTA, 2008, p. 7). Assim, na relação Estado e Sociedade, no Acre, a pressão popular realizada pelos movimentos sociais e culturais, provocou o poder público para conseguir e direcionar mais investimentos.

Neste sentido, nos últimos anos, os recursos foram captados a partir de visão sustentável, onde todo e qualquer recurso é analisado por instituições como Agência de Negócios do Acre - Anac, Programa de Incentivos às Atividades Industriais do Acre (Copiai) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Neste horizonte,

<sup>2</sup> O termo Florestania foi adotado durante o primeiro mandato do governador do Estado do Acre, Jorge Viana (1998-2006). Trata-se de um neologismo que une num só vocábulo, as palavras “floresta” e “cidadania”, significando “cidadania na floresta”.



até 2013 foram investidos mais de R\$100 milhões, com geração de mais de 50 mil postos de empregos, baseados na política sustentável.

Atualmente, o PIB soma mais de R\$16,47 bilhões (IBGE, 2020), com uma participação de 0,2% em toda a economia brasileira, respaldado, sobretudo, nas políticas de conservação, que são formadas e observadas pelos povos indígenas remanescentes e grande fluxo de migrantes nordestinos que aportaram para o território. Assim, todos estes elementos contribuíram de forma significativa para a construção da identidade acreana e de seu espaço rural e urbano, tanto humano, quanto político, econômico e social.

## FORMAÇÃO SOCIO TERRITORIAL E ECONÔMICA DO VALE DO ACRE

Analisar a formação sócio territorial do Vale do Acre como uma totalidade dinâmica e suas contradições peculiares, pressupõe um esforço de observação do uso território como espaço usado, simultaneamente material e social (MILTON SANTOS, 1994), para compreender as relações do território delimitado com a realidade social nele presente, desta forma, a análise socioterritorial é uma forma de compreensão muito clara da realidade factual dele. Tal análise, a partir de dinâmicas socio territoriais, torna o Vale do Acre único, de acordo com as necessidades e práticas da população extrativista/seringueira domiciliada no mesmo, além de possibilitar o entendimento das relações do território delimitado com a realidade social presente, possibilitando o conhecimento e descrição da realidade vivida.

Nesse sentido, é uma formação socioterritorial regional específica, a qual teve uma apropriação privada das terras dos antigos seringueiros. Ao mesmo tempo, foi “produto da rearticulação do espaço nacional na nova divisão mundial do trabalho e da produção” (SILVA, 2004, p. 45) e local de construção de novas formas e situações que repercutem no território em consideração, conforme apontou José de Souza Martins (1997). Dessa maneira, se constitui numa “fronteira de civilização, do espacial, do cultural, de visões de mundo, de etnias, da história e historicidade do homem e, em especial, fronteira do humano” (SILVA, 2004, p. 40).

No caso do seringueiro, este é um sujeito social que transpõe a história com a convicção de que é produtor de seu sustento, o que é fato, mas ao mesmo tempo produz para terceiros. O fundamento de seu viver é dado pelo manejo de seu tempo, de seu ambiente de trabalho, no âmbito de sua vivência socio territorial, o que nos remete a uma vinculação estreita com suas raízes históricas.



O Acre teve no extrativismo a base econômica de sua sustentação por um longo período, sendo assim, o desempenho da economia acreana sempre esteve ligado aos intervalos entre uma crise e outra do extrativismo.

As atividades econômicas do Brasil português iniciaram com a chegada dos europeus ao novo mundo, no século XVI.-O primeiro produto extraído, para ser comercializado no velho continente, foi o Pau-Brasil, principiando os chamados ciclos econômicos. Na sequência, os mais importantes foram cana-de-açúcar (1533), ouro (1700), tabaco e algodão (1750) e café (1790). A partir do século XX, passou a ocorrer uma pulverização, inclusive com intensificação da industrialização. Destaca-se que a ideia apresentada não é de ciclo com início, meio e fim, mas momentos em que tal produto gerou maior impacto na economia do Brasil.

A colônia portuguesa ainda passou pelo século do ouro (XVIII), que provocou algumas mudanças significativas, como uma ocupação mais interiorana, em direção ao centro sul, e a mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. Ao entrar em decadência a mineração, na virada do XVIII para o XIX, se intensificou a produção cafeeira no Sudeste, ampliando o povoamento e diversificando as atividades econômicas dessa região.

A fase da borracha ocorreu entre 1879 e 1945, portanto, bem mais contemporâneo, e ainda foi acoplado pelo bom momento do café nos anos de 1900. Correspondeu ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia. Estabeleceram na região central da floresta amazônica, entre os anos de 1879 e 1912, se revigorando por pouco tempo entre 1942 e 1945, momento em que teve um destaque grande sobre o produto interno do país (PRADO JÚNIOR, 1994).

Como um todo, a economia da Amazônia, no período dos mil e oitocentos continuou caracterizada por uma mescla de agricultura de subsistência com extrativismo, tendo “por base diversas formas de produção, que variavam desde a economia camponesa até o uso compulsório do trabalho indígena” (FRAGOSO, 2000, p. 166). Ao longo do período colonial, enquanto no Nordeste se produzia o açúcar e no Sudeste se minerava, na região norte havia a atividade agrícola e a extração das chamadas drogas do sertão<sup>3</sup>, que também ajudavam a compor as rendas da Coroa portuguesa. Assim,

em determinadas conjunturas econômicas, observar-se-ia o crescimento do extrativismo, o que acarretaria uma ligação com o mercado e, por conseguinte, um maior fluxo da renda. Entretanto, mesmo nessas ocasiões, a produção de alimentos continuava presente. Em realidade, a agricultura de alimentos e a natureza do regime de trabalho amazônico, já que ambos

<sup>3</sup> As **drogas do sertão** reúnem os diversos tipos de especiarias (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais etc.) que foram comercializadas no Brasil Colônia (sertão nordestino).



representavam um baixo investimento de capital, serviam de base para a acumulação de riquezas via extrativismo” (FRAGOSO, 2000, p. 166).

Foi o que ocorreu ao longo do século XVII e no final do XVIII, quando as atividades agrícolas e extrativistas atingiram patamares de maior importância econômica e de ocupação social. Entretanto, no século XIX, a borracha começa a ganhar importância, trazendo algumas mudanças sem, contudo, alterar as suas bases estruturais. A partir daí, principalmente na segunda metade dos mil e oitocentos, a economia da Amazônia se ligou ao abastecimento do mercado industrial internacional pelo extrativismo da borracha, demandada pela necessidade dessa matéria-prima em crescimento. Inclusive, “em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910 o Brasil era responsável por 50% do consumo internacional” (FRAGOSO, 2000, p. 166). As exportações de borracha passaram de 2,3%, em 1850, para 28%, em 1910.

Também houve um intenso movimento migratório aos seringais, principalmente de nordestinos, já que o povoamento era muito escasso nessa região norte e a extração da borracha requeria uma grande quantidade de mão-de-obra em função de seu baixo padrão tecnológico. A produção da borracha ocorria a partir do seringal, árvores de onde retirava o látex. Era, segundo Fragoso, uma atividade predatória, na qual, inicialmente não havia interesse pelo domínio da terra. Entretanto, no auge desse extrativismo, os seringalistas começaram a proceder a legalização de posses, constituindo grandes propriedades (2000).

Neste período, cidades como Manaus, Porto Velho e Belém, que concentravam as principais praças comerciais da borracha, se tornaram as capitais brasileiras mais desenvolvidas, com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas construídos sob influência europeia. Contudo, as duas fases da borracha acabaram de maneira repentina, o que se agravou pela falta de políticas públicas para desenvolvimento da região, aumentando os componentes sociais frente ao desenvolvimento do Estado.

Estas quedas repentinas, sobre o ponto de vista histórico, ocorreram por dois grandes movimentos específicos que ocorreram na região norte: a Revolução Acreana, em auxílio com a entrada do Reino Unido no mercado, e o fim da Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu políticas de fomento para a pecuária, reduzindo a participação dos estados do norte brasileiro na econômica do país. Como consequência, retornou em menos investimento, menor atratividade e maior custo para a produção do insumo, resultando em menos processos comerciais (PRADO JÚNIOR, 1994; MORAIS, 2016).

A primeira fase da borracha, no Brasil, foi impactado, fundamentalmente, pelo processo da revolução industrial, que provocou não tão somente demanda de mão-de-obra,



mas também de produção de derivados da borracha, como os pneus e componentes de máquinas industriais, além das linhas de vestuário e produtos domésticos, que estavam em ascendência no continente europeu (MORAIS, 2016). Nesse período, de 1879 até meados de 1912, cerca de 40% de toda a exportação brasileira era proveniente da Amazônia, paga em libra esterlina (£), a moeda do Reino Unido, respondendo o Acre com quase de 65% de toda a produção realizada dentro do período.

Como consequência do ápice econômico, diversificados povoados e vilas ribeirinhas foram surgindo, ampliando mais a população das cidades existentes e, por consequência, estabelecendo infraestruturas básicas, como escolas, hotéis, dentre outros, que contribuíram para o estabelecimento do território como propriedade absoluta brasileira no período (MORAIS, 2016). No início da segunda década de 1900, a produção de borracha dos países asiáticos superou a amazônica e, como não houve ações para proporcionar desenvolvimento de outros setores econômicos, veio a decadência geral da região. Concomitante, houve a redução da produção de alimentos (FRAGOSO, 2000, p. 166).

Portanto, se verificou uma queda exponencial na exportação da matéria-prima da fase da borracha, devido, principalmente, ao cultivo de seringueiras nas colônias do oriente feito pelas próprias nações europeias (principais importadoras), cultivo este, inclusive, com um potencial maior de produção, por não nativa como na América (PRADO JÚNIOR, 1994).

Nesse sentido, Souza salientou que:

com investimentos nas técnicas do plantio, os ingleses e os países que hoje fazem parte da comunidade europeia de economia ofereceram ao mercado mundial abundância do produto a um baixo custo. E no mesmo período, devido ao início de revoltas na região nordeste, e observando a ascensão do café, o Estado brasileiro se eximiu de lutar pela borracha e recusou qualquer envolvimento dos cofres públicos com subsídios aos empresários da borracha (SOUZA, 2009, p. 236).

Assim, a primeira fase da borracha se finalizou pela interferência, novamente, do café, que vinha das regiões centro-sul, com menor distanciamento geográfico da costa (e conseqüente maior redução de custos) e com potenciais de compra internacionais melhores do que o insumo coberto pelos países do norte (PRADO JÚNIOR, 1994; SOUZA, 2009). Afinal, “era muito mais cômodo para o governo brasileiro investir no café, no centro-sul, do que na produção da borracha/látex e seus derivados perdidos nos confins da Amazônia” (SOUZA, 2009, p. 237).

Já o segundo ápice, e menor fase da borracha, ocorreu entre 1942 e 1945, movimentado apenas por pressão política do governo brasileiro para suprir o grupo dos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, visto que os povos japoneses invadiram os seringais do



Reino Unido. Neste sentido, ao observar uma nova demanda político-econômica devido às fases da guerra, se necessitou uma maior quantidade de borracha, como apontou Souza:

na Segunda Grande Guerra um investimento feito em conjunto pelo governo brasileiro e os Estados Unidos objetivava produzir borracha silvestre para suprir os Aliados, visto que os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira no mercado não era suficiente para a demanda. Além de aumentar a produção em pouco tempo, foi imprescindível a mobilização de milhares de migrantes nordestinos rumo à Amazônia, os chamados *soldados da borracha*. Após a vitória do Aliados, para os Estados Unidos não compensaria mais investir no Brasil, e novamente a borracha brasileira caiu no marasmo econômico, e a Amazônia procurou aos poucos se recuperar através do extrativismo de produtos da terra. (SOUZA, 2009, p. 312).

Dessa forma, a fase da borracha no Brasil, se funde diretamente com a história e desenvolvimento do Acre, e de seus respectivos territórios, visto que a maior quantidade de investimentos foi realizada a partir das necessidades político-estratégias, ao menos até o início do regime militar, e da ação dos movimentos sociais após 1950, que contribuíram para ascensão da região. Mesmo com a queda da produção, no pós Segunda Guerra Mundial, a extração do látex continuou com grande importância para a economia local até a contemporaneidade. Sendo assim, após a contextualização socio territorial e econômica do Vale do Acre, dispõem-se considerações sobre a construção da territorialidade seringueira no território em estudo, que legitimam a estrutura territorial e econômica retratada preliminarmente.

## CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE SERINGUEIRA

O movimento dos seringueiros acreanos é representativo pela importância que conferiu à sociedade acreana como resultado da convergência de várias ações que ali se territorializaram, sendo meritório esclarecer que a referência neste artigo feita ao termo seringueiro, relaciona-se aos indivíduos que ainda hoje vivem nas florestas do Vale do Acre, e em outras regiões da Amazônia, desempenhando a extração do látex de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), criando pequenos animais para autoconsumo, praticando agricultura e pecuária de pequena dimensão.

Roca (2006), ao descrever a figura do artista plástico Acreano Hélio Melo<sup>4</sup> – na obra “Estrada da Floresta (1983)” - Figura 2, destaca um seringueiro se aproximando de uma

<sup>4</sup> Hélio Melo (1926-2001), expoente das artes plásticas do Acre. Seus livros revelam mais que um imaginário pessoal, pois resgatam aspectos peculiares da cultura amazônica, com suas lendas, histórias fantásticas e reais. Hélio escreve a partir de suas vivências – foi seringueiro, o que agrega a seus escritos autenticidade.



grande seringueira:

Um seringueiro se aproxima de uma grande árvore de extração de borracha, que a selva pode chegar a medir mais de 30 metros de altura e quase três de diâmetro. O quadro não mente, não exagera; não se trata de uma licença pictórica: a realidade é mais contundente que a imaginação. Enfrentando a selva, onde o olhar ocidental vê somente um emaranhado verde impenetrável, o seringueiro estrutura um trajeto, o seu trajeto: um mapa mental de seu rotineiro perambular em busca de sustento. Quando o seringueiro vê a selva, ele vê as árvores na sua individualidade, já que as conhece como se fossem da família. No quadro de Hélio Melo, cada braço da árvore representa um caminho, uma trilha em meio à selva; a cada ramo, uma árvore a sangrar; a cada nó circular, uma oportunidade de descanso na extração do látex. (ROCA, 2006, p. 129).

A territorialidade dos seringueiros é constituída em uma trajetória alicerçada naturalmente pelo envolvimento destes com a floresta, e mais especificamente com o seringal, a partir de concepções que valorizam as experiências vividas entre pessoas e seus territórios, nas quais preponderam a sua autonomia e a preservação da floresta.

**Figura 2: Estrada da floresta – o Acre todo cabe em uma só árvore**



Fonte: Roca, J. (2018).

A grandeza desta conexão, a partir do envolvimento com a floresta / seringal nativo, na qual os seringueiros do Vale do Acre possuem com seu território, possibilita a construção de uma territorialidade que visa à autossuficiência de sua comunidade a partir de saberes constituídos no lugar, criando condições para uma dinâmica territorial própria, construída pelos povos que constituem este, como se pode inferir na expressão dos sentimentos do autor



(também seringueiro) na manifestação artística representada na Figura 2.

Ao discorrer sobre a diferença entre território e territorialidade, Saquet (2013, p. 83) afirma que: “[...] o território é produto da organização social e territorialidade corresponde a ações de influência e controle em uma área de espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares”.

Neste contexto,

[...] a territorialidade está intimamente relacionada ao modo em que as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar. Assim, a territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. (SAQUET, 2013, p.83).

Na história acreana, diversas foram as ações e atitudes que ocorreram no território na tentativa de defesa deste, pois, em um determinado território podem ocorrer múltiplas territorialidades. No caso específico do Vale do Acre, além dos seringueiros – os seringalistas, pecuaristas, operadores do agronegócio, e os quebradores de castanha, ocupam o território, exercendo a sua territorialidade.

Até os anos 1870, os primeiros povoadores do continente, e do território em estudo, foram os diferentes povos indígenas, que ainda não estavam sob a ingerência do capitalismo.

A região da Amazônia era povoada, pelo menos, desde 31.500 a.C. (SOUZA, 2005, p. 24). Em 1872, com a instauração da capitania real de Mato Grosso, novas grupos humanos foram direcionadas para o lugar, aumentando a prática de utilização de seringueiras, mobilizando vilas e abrindo espaço para descobrindo a importância do setor.

Se estendendo até 1912, ocorreu a expansão do extrativismo da borracha, impulsionado pelos impactos da revolução industrial. O território recebeu auxílio financeiro e econômico para estruturas, ferrovias, criação de cidades, povoados e transportadoras, dentre outros e os seringalistas do Vale do Acre estabeleceram suas relações comerciais diretamente com as “casas aviadoras<sup>5</sup>”. Tal situação era estabelecido por intermédio do controle comercial sobre o qual se estruturavam os seringais.

Na segunda fase da borracha, entre 1941 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos necessitavam de grandes quantidades do insumo por causa da guerra. O final desse conflito levou a produção da borracha na região amazônica a decair novamente.

Após findo a segunda fase da borracha, a construção da territorialidade seringueira no Vale do Acre teve no movimento dos seringueiros um forte fundamento para uma

<sup>5</sup> O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica.



consolidação desta.

Seringueiros que lutavam para permanecer na terra, porém a resistência não era somente para permanecer na terra, mas preservá-la. Desta forma, em resposta a esta luta, na década de 1980, foi concebida a Reserva Extrativista – RESEX, como possibilidade de regularização da situação fundiária dos povos da floresta e, de modo que a lógica da territorialidade seringueira fosse respeitada.

A concepção da RESEX representou a principal conquista de um movimento oriundo da floresta amazônica, que se articulou com outros movimentos contra hegemônicos de luta pela terra e de garantia de um modo de vida e cultura autônomos.

Conjuntura corroborada por Porto Gonçalves (1999), quando aponta que na década de 70/80, época da luta pela “territorialidade seringueira”, as tensões sociais fizeram com que trabalhadores rurais do Acre se organizassem em defesa de seus interesses, pois o movimento dos seringueiros significou a passagem da ação territorial à identidade que ela inventa, validando a teoria da ação de que é através das lutas que o implícito cresce e ganha a dimensão do explícito.

Foi um movimento contra injustiças sociais, como assassinatos e expulsão de milhares de pessoas de suas terras. Foram nesses grupos organizados em sindicatos rurais de Xapuri e Brasileia que surgiram lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes. O movimento dos seringueiros possibilitou o aumento de áreas protegidas do Acre.

Desta maneira, é notório que na construção da territorialidade seringueira do Vale do Acre,

os movimentos sociais tiveram grande influência na organização da territorialidade seringueira no Acre e, pois o movimento dos seringueiros acreanos emprestou grande importância à sociedade/geografia acreana através de múltiplos processos que ali se territorializaram. O movimento dos seringueiros significa a passagem da ação territorial à identidade que ela inventa, validando a teoria da ação de que é através das lutas que o implícito cresce e ganha a dimensão concreta do explícito. (PORTO GONÇALVES, 1999, p. 67).

Nesse aspecto Saquet (2013) acrescenta que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família etc.

Sendo assim, a territorialidade está ligada às relações sociais e às atividades diárias que os seringueiros têm com sua natureza exterior.

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente



política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com os outros indivíduos. Essa relação social, que é plural, multiforme e recíproca, no território, é concebida por Saquet (2013) como territorialidade.

Consolidando o que desvelou Saquet, a construção da territorialidade seringueira foi facultada pela confluência de fatores em um processo histórico de forças sociais que envolveram vários agentes, como: os seringueiros, sindicalismo em ascensão no Estado do Acre, a criação da Resex Chico Mendes e a estrutura do Estado brasileiro, sendo a territorialidade uma forma de resistir à invasão ou dominação de grupos ou interesses, convertendo-se em uma construção histórica dos seres humanos, envolvendo os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao objetivo central deste trabalho, que foi introduzir uma análise acerca do Vale do Acre – correlacionando sua contextualização histórica, formação socio-territorial, econômica, e a construção da territorialidade seringueira, e assim, estabelecer uma relação estrutural entre os constituintes. Tal vinculação proporcionou a compreensão deste engajamento, e a transcendência destes na formação do território do Vale do Acre.

As atividades econômicas ligadas à borracha fazem parte deste território e o caracterizaram ao longo do tempo, em alguns períodos com maior importância financeira, em outros - menor. Igualmente, estiveram relacionadas aos acontecimentos mais amplos do Brasil, mas também ao cenário internacional, que o favorecia ou o prejudicava. Em função disso, as ações do governo brasileiro se orientavam para ampliar ou diminuir a relação do Acre no cenário nacional, o que condicionava o seu desenvolvimento interno.

Assim, o conceito de desenvolvimento, sobretudo, é mais amplo do que simplesmente pensar em crescimento puramente econômico. Se deve levar em conta todo o saber local (questões culturais), particularidades da região, aspectos sociais dos indivíduos alocados na região.

O território do Vale do Acre buscou alinhamento ao desenvolvimento sustentável desde os primeiros seringueiros alocados nas margens dos rios, que buscavam reduzir as discrepâncias locais bastante destacadas na região.



Por fim, outro elemento que deve ser levado em consideração, com base na realidade acreana, é o fato de que o território deve ser entendido e respeitado, fato que buscou fomento através das políticas de Florestania que, atualmente, não estão alinhadas com a visão administrativa governamental.

A partir do exposto, concluímos que quanto às relações que ocorrem entre as contextualizações apresentadas, o Vale do Acre – o uso do território e relações de poder, se deve compreender que são fundamentos marcantes para a manifestação de identidade, construção social e histórica do seringueiros, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais que determinam a territorialidade do território em estudo.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre: de território a estado – um olhar social**. 2006, São Paulo: USP. Tese doutorado em História Social.

FRAGOSO, J. L. **O império escravista e a república dos plantadores**. In: LINHARES, M. Y. L. (Org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 144-187.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - PIB 2020 – **Produto interno bruto**. DF: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 25 abr. 2023.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.) **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Accs, 2007, p. 93-123.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial**. 3ª ed. – Rio Branco: Edufac, 2020.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MORAIS, M. J. **“Acrenidade”**: Invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2016.

MOTTA, L. E. O Conceito de Estado e Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. **Encontro de Administração Pública e Governança**. Salvador, 12-14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG89.pdf>. Acesso em 04 set. 2020.



PIMENTA, J. **A História Oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre.** Paris: Revue Linguagens Amazônicas. 2003.

PORTO GONÇALVES, C. W. (1999). **A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social.** *GEOgraphia*, 1(2), 67-88. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13352>. Acesso em 02 abr. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, A. C. F. **O Seringal e o Seringueiro.** Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. 1953.

ROCA, J. IN: 27<sup>a</sup>. Bienal de São Paulo: **Como viver junto.** Lisette Lagnado e Adriano Pedrosa (Org.). São Paulo: Fundação Bienal, 2006. p. 129-140.

ROCA, J. **o Acre todo cabe em uma só árvore.** Disponível em: <https://almaacreana.blogspot.com/2018/07/o-acre-cabe-todo-em-uma-so-arvore.html> (2018). Acesso em 21 abr. 2023.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, **Abordagens e concepções de território.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, F. C. T. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil.** 6. ed., atual. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 54-64.

SILVA, S. S. da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana.** 2004. 500 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, C.A. **História do Acre: novos temas, nova abordagem.** Rio Branco, Ed. Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.